SUGESTÃO DE RECURSO
CONCURSO PARA TÉCNICO – ÁREA ADMINISTRATIVA
CESPE – MPU/ 2018

Questão nº 19

Gabarito preliminar: Correto.
Gabarito pretendido: Errado.

Texto da Questão

> As políticas públicas, desde sua concepção, deverão adotar o desenho universal que, por sua natureza inclusiva, não comporta adaptações.

Fundamentação

O texto da questão começa citando de forma literal a previsão do art. 55, § 5º da lei 13.146/15: Desde a etapa de concepção, as políticas públicas deverão considerar a adoção do desenho universal.

Mas a segunda parte da questão que diz que o desenho universal não comporta "adaptações" também está correto, senão vejamos.

Veja que a própria definição de desenho universal trazida pela lei deixa claro que, tendo sido utilizado o desenho universal, não há se falar em qualquer projeto específico ou adaptação, tendo em vista que já foram observadas todas as regras de acessibilidade, conforme **art. 3º, II**:

> **desenho universal**: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

Ainda para deixar mais claro, o art. 55, § 2º é claro ao dizer que somente nas hipóteses em que "comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, deve ser adotada adaptação razoável"

Veja que as adaptações são utilizadas quando o desenho universal não pôde, por alguma razão devidamente comprovada, ser utilizado.

Portanto, solicito a alteração do gabarito para "certo".

Questão nº 60

Gabarito preliminar: Correto.
Gabarito pretendido: Errado.

Texto da Questão

> Contrato de direito privado firmado em igualdade de condições pela administração pública com particular não pode ser anulado unilateralmente.

Fundamentação

A questão aborda um tema tratado expressamente na Lei n.º 8.666/93 (Licitações e Contratos). A propósito, consoante se extrai da leitura do art. 62, § 3º, I, da Lei 8666/93, aos

contratos cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado, aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 da referida lei.

Por sua vez, verifica-se que o art. 59 (que é um daqueles que também terá aplicação aos contratos privados) dispõe que "[a] declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos".

Observa-se, assim, que, mesmo se tratando de contrato de direito privado firmado em igualdade de condições pela administração pública com particular, o legislador conferiu a possibilidade de sua anulação de forma unilateral pela administração. Registre-se, ademais, que essa previsão legal de anulação pela administração pública, mesmo se tratando de contrato regido pelo direito privado, decorre do princípio da autotutela.

Diante disso, pugna-se pela alteração do gabarito preliminar, passando a considerar a questão como "errada".

Questão nº 77

Gabarito preliminar: Correto.

Texto da Questão

> A existência de roteiros-padrão a serem seguidos na execução de tarefas em um órgão público guarda similaridade com procedimentos típicos da teoria clássica da administração.

Argumentação

Considerando as seguintes bibliografias:

MAXIMIANO, Amaru. **Teoria Geral da Administração**. Atlas; 2012
CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. Elsevier, 2004.
FAYOL, Henri. **Administração Geral e Industrial**. São Paulo. Atlas, 2003.

Taylor, criador do movimento da administração científica, focava na tarefa realizada pelo operário, mas a teoria clássica tinha como ênfase a estrutura da organização. O objetivo de ambas as teorias era semelhante, tanto que fazem parte da abordagem clássica. Contudo, a essência da questão que trata de roteiros-padrão a serem seguidos na execução de tarefas em um órgão público guarda similaridade com a "Abordagem" Clássica, que inclui a administração científica e a teoria clássica da administração. Por isso, peço revisão e alteração do gabarito preliminar da questão supracitada.

Questão nº 78

Gabarito preliminar: Correto.

Texto da Questão

> Em função da evolução da administração pública brasileira, a visão globalizada da gestão deve prevalecer sobre uma visão analítica.

Argumentação

Considerando o texto de Olavo Brasil de Lima Junior, encontrado em PDF no website: http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/Terceiros-Papers/98-LimaJunior,obDE49(2).pdf na página 16, último parágrafo, diante dos fracassos das tentativas de reformas ao longo da evolução da administração pública no Brasil, então "A orientação geral, ademais, pretendia romper com o globalismo e imediatismo de propostas anteriores: a nova estratégia seria pautada pelo gradualismo e pelo instrumentalismo (Marcelino, 1987: 31, quadro 14)." Portanto, peço que o item seja anulado, uma vez que existe documento próprio de estudos pautados em Bresser Pereira, que sugere uma visão distinta da apresentada na questão.

Questão nº 86

Texto da Questão

> Entre os estilos de liderança, o democrático é, em regra, o mais eficaz para instituições públicas alcançarem melhores resultados operacionais e maior qualidade de atendimento.

Argumentação

A questão aborda os estilos de liderança nas instituições públicas tratados em diversas literaturas que abordam o pensamento evolutivo da Administração Pública.

A questão trata da adoção de novos modelos de gestão pública ao mencionar **"a noção de resultados" e "qualidade no atendimento"** e, é neste contexto que as gestões das organizações públicas devem funcionar com base no pensamento da administração gerencial, por profissionais que "pensem como lideranças capazes de perceber problemas, buscar recursos, criar soluções e estabelecer redes sociais com postura participativa" (FONSECA, 2008; p.12). Portanto, faz-se necessário que as organizações públicas sejam gerenciadas por verdadeiros líderes, motivados pelo espírito de excelência, demonstrando atitudes afim de sempre buscar o melhor, identificando falhas e agindo para mudá-las, buscando envolvimento e participação dos servidores, nota-se ainda, a importância de liderados capacitados para suas funções (FALCONI, 2009). Ser líder é influenciar e ser influenciado, é manter relações interpessoais e focar-se no trabalho em conjunto como forma de assegurar os objetivos comuns entre todos participantes (NEZ, 2008).

Em outros termos, acentua-se a necessidade de superação dos tradicionais modelos de gestão pública, burocráticos e autocráticos, por meio da difusão de novos sistemas, mais democráticos, participativos e meritocráticos (Bresser Pereira, 1996, 1997; Martins, 1997; Prestes Motta, 2007).

Conforme exposto na literatura **se é necessário adotar sistemas mais democráticos e participativos** podemos afirmar que, **em regra, ou seja, geralmente, na maior parte dos casos, em geral** o perfil democrático e participativo é o mais eficaz para instituições públicas alcançarem melhores resultados operacionais e maior qualidade de atendimento o que torna a questão **correta.**

No campo das divergências na literatura que trata do assunto abordado no item é provável que a banca embasou o seu gabarito oficial preliminar em outras bibliografias que apresentam outros posicionamentos, razão por que se prejudicou o julgamento objetivo do item.

Do pedido
Ante o exposto, requer que seja **ANULADA** a questão.

Nesses termos peço deferimento.

Referenciais Bibliográficos
BRESSER-PEREIRA, L.C.B.. **Da Administração pública burocrática à gerencial**. 1996. Disponível em: <http://blogs.al.ce.gov.br> Acesso em 30 fev. 2013.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Estratégia e estrutura para um novo Estado**. Revista do Serviço Público, v. 124, n. 1, p. 5-25, jan./abr. 1997.

FALCONI, V.. **O verdadeiro poder**. São Paulo: Indg Tecnologia e Serviços, 2009.

FONSECA, F.C. P. **O curso de Administração Pública**. FGV/81: percurso, sugestões e dilemas. São Paulo: Eaesp/FGV, 2008. (Relatório de pesquisa, 05)

NEZ, E. **Desenvolvimento de liderança no serviço público**. Colider: 2008 (mimeo).

MARTINS, H.F. **Burocracia e a revolução gerencial: a persistência da dicotomia entre política e administração**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 48, n. 1, p. 43-79, 1997.

MOTTA, P.R. **A modernização da administração pública brasileira nos últimos 40 anos**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, p. 87-96, 2007.

Questão nº 87
Gabarito preliminar: Correto.

Texto da Questão

> Situação hipotética: Após a realização de uma análise SWOT em determinada organização, identificou-se que o cenário nacional estava favorável ao debate de assuntos trabalhistas e que os trabalhadores da organização possuíam conhecimento altamente especializado em direito do trabalho. Assertiva: Nesse caso, o cenário favorável ao debate de assuntos trabalhistas constitui uma oportunidade, e o conhecimento dos trabalhadores, uma força; juntas, oportunidade e força favorecem estratégias de fortalecimento da organização.

Argumentação
Considerando as seguintes bibliografias:

MAXIMIANO, Amaru. **Teoria Geral da Administração**. Atlas; 2012
CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. Elsevier, 2004.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebolsas, **Planejamento Estratégico**, Atlas, 1986

Adotando a Análise SWOT (FOFA) o cenário em que há Oportunidades e Forças sugere estratégia de Desenvolvimento, muitas vezes representada por Alavancagem. Em outro diapasão, quando temos uma Fraqueza, diante de uma Oportunidade, então sugere estratégias de Crescimento, que muitas vezes é representada por Fortalecimento da Organização. Diante do exposto, solicito uma revisão e alteração do gabarito preliminar da questão supracitada.

Questão nº 106

Texto da Questão

> Recursos públicos utilizados para a aquisição de equipamentos destinados a escolas públicas são oriundos de fontes sem vinculação direta ao orçamento.

Argumentação

O entendimento constitucional sobre a área do ensino é o de garantir recursos mínimos para essa área. O item deixa claro que os recursos serão utilizados para compra de equipamentos destinados a escolas públicas, ou seja, há necessidade de controle sobre esse gasto, pois recurso público é dinheiro do povo. Para isso, dada a necessidade de autorização legislativa para uso de recurso público, há vinculação direta com o orçamento, ou seja, com a LOA. Além disso, temos a exceção ao princípio da não afetação, que conforme art. 167, IV da CF, determina a não vinculação da receita de impostos, salvo para manutenção e desenvolvimento do ensino. Assim, solicito alteração do gabarito preliminar de CERTO para ERRADO ou ANULAÇÃO, caso haja entendimento diverso do constitucional, por dubiedade na interpretação.

Questão nº 108

Texto da Questão

> O exercício financeiro do governo federal poderá ter início no dia 1º de abril de determinado ano, desde que termine no dia 31 de março do ano seguinte, em respeito ao princípio da anualidade.

Argumentação

Sabe-se que para todos os entes brasileiros o exercício financeiro é coincidente com o ano civil, conforme art. 34 da Lei 4.320/64. Porém, segundo o conceito do princípio da anualidade, a vigência da LOA deve ser 12 meses, podendo ou não coincidir com o ano civil. Diferente do Brasil, o governo federal de outros países respeitam ao princípio da anualidade mesmo não coincidindo com o ano civil a vigência de suas LOA, como por exemplo nos EUA, Itália e Suécia. Inclusive, essa banca adotou esse entendimento na prova do TCE-PE, cargo de Auditor, em 2017. Essa banca não citou o Brasil na questão do TCE-PE e considerou uma visão universal do princípio. Dessa forma, por não ter citado o Brasil e nenhum de seus entes e por posicionamento diverso dessa banca em outras provas, solicito ANULAÇÃO do item, por gerar ambigüidade.

Questão nº 120

Texto da Questão

> A transferência de recursos da União para um município, como o objetivo de custear a construção de posto de saúde, somente poderá ser realizada se o município beneficiário comprovar estar em dia com a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos e se houver previsão de contrapartida.

Argumentação

Destaca-se que a transferência descrita na questão, da União para um município, com o objetivo de custear a construção de posto de saúde, é considerada como voluntária, nos termos do caput do art. 25 da LRF, pois se trata da entrega de recursos de capital a outro

ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, e não decorre de determinação constitucional, legal ou de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde.

A LRF, em seu art. 25, § 1º, estabelece as exigências para a REALIZAÇÃO de transferência voluntária. Dentre outras, são exigências para a realização da transferência a comprovação, por parte do beneficiário, de que se acha em dia quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos (inciso II, alínea "c") e a previsão orçamentária de contrapartida (inciso II, alínea "d").

É importante observar que o § 3º do art. 25, define que, para fins da aplicação das sanções de SUSPENSÃO de transferências voluntárias constantes da Lei, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

Assim, deve ficar claro que há duas situações distintas: a da realização da transferência (§ 1º) e a da sua suspensão como aplicação de sanções da lei (§ 3º). As exigências para a realização devem ser obedecidas sempre, mesmo que a transferência seja relativa a ações de educação, saúde e assistência social. Já a suspensão como sanção não se aplica a ações nessas três áreas.

A transferência de que trata a questão, mesmo tendo o objetivo de custear a construção de posto de saúde (ação na área de saúde), somente pode ser REALIZADA se obedecer aos requisitos do § 1º do art. 25, motivo pelo qual o item está correto. Não se trata de exceção para fins de aplicação de sanção, como ocorre no caso de o ente da federação ter descumprido, por exemplo, os limites das dívidas consolidada ou de despesa total com pessoal, dentre outros.

Considerar o item como errado por se tratar de ação na área de saúde seria admitir a hipótese absurda e esdrúxula de que as transferências voluntárias para as áreas de saúde, educação e assistência social não precisariam cumprir as exigências do § 1º do art. 25 da LRF. Se assim o fosse, para celebrar um convênio com a União, estados e municípios jamais precisariam prestar contas dos recursos recebidos anteriormente, cumprir limites constitucionais relativos à educação e à saúde, e poderiam até mesmo violar o disposto no inciso X do art. 167 da CF/88, utilizando os recursos do convênio para pagamento de despesas com pessoal. Caso essa fosse a intenção do legislador, haveria um parágrafo no art. 25 da lei estabelecendo o seguinte: "o disposto no § 1º não se aplica a transferências voluntárias relativas a ações de educação, saúde e assistência social". E constata-se claramente que não é isso o que está escrito na lei. Por fim, se o entendimento da questão fosse correto, no Brasil, os gestores públicos mal-intencionados só celebrariam convênios nas três áreas citadas anteriormente, pois não iriam precisar cumprir nenhuma exigência legal.

Diante do exposto, fica claro que o item está correto, pois a realização da transferência somente pode ser realizada se cumprir as exigências descritas, ainda que relacionada à ação na área de saúde. Não se trata de suspensão de aplicação de sanção constante da LRF.

Nesse sentido, solicita-se a inversão do gabarito do item, de ERRADO para CERTO.